

Xornada

**Traxectoria dos montes comunais galegos: a súa
consideración como recurso produtivo, ambiental,
paisaxístico e de calquer outro tipo**

Baldios, percursos do último século

Fernando Oliveira Baptista

Consello da Cultura Galega

Santiago de Compostela

28 e 29. Setembro. 2017

1. Algunhas datas

2. Erosão e inestabilidade da propiedade comunitária

3. A economía dos baldios

4. As comunidades e os baldios

5. Conclusão

1. Algumas datas

- ❖ 1901
 - Regime Florestal: legislação que permite ao Estado tutelar a utilização dos espaços florestais, em particular dos baldios

- ❖ 1938/1974
 - Plano de Povoamento Florestal (1938)
 - ◆ o Estado toma posse administrativa da quase totalidade da propriedade comunitária
 - ◆ florestação dos baldios

- aplicação activa do Regime Florestal (90% da área total dos baldios)

- de 1938 a 1972 foram arborizados 54% da área de baldios; antes, desde meados do século XIX a 1936, tinham sido arborizados cerca de 4%.

- não havia, nem foi efectuado, um cadastro dos baldios

- os baldios perderam individualidade e foram assumidos pelos Serviços Florestais como partes indiferenciadas dos *seus* Perímetros Florestais (unidades territoriais de florestação)

❖ 1960/1970

- grande exôdo agrícola e início da transformação tecnológica da agricultura
- progressivamente o baldio vai deixando de ser o suporte do sistema agrário
- em 2000, na Região Norte, o predomínio económico das actividades tradicionais (pastoreio, matos, lenhas, ...) apenas se verificava em cerca de um décimo dos baldios

❖ depois de 1975/76

- devolução dos baldios aos povos
- procedimento institucional da devolução
- persistiram, de qualquer modo, a influência e a tutela dos Serviços Florestais

2. Erosão e instabilidade da propriedade comunitária

Portugal. Continente

Baldios:	1938	2013
Número	7638	1107
Área -1000 ha	507,4	278,1

Portugal. Região Norte

	1938	2000	2013
Nº baldios	3754	820	690
Nº freguesias com baldio	1099	584	438

Área baldios:	1000 hectares
1938	507
2013	287
não instituída em 2013	158
apropriada (1938 -2013)	71

- ❖ a diminuição do número de baldios registou-se, sobretudo, nos de menor dimensão
 - autarquias (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais)
- ❖ conflitos de limites entre baldios vizinhos
- ❖ apropriação de partes do baldio por pessoas e entidades exteriores e, principalmente, por compartes
- ❖ o baldio deixou de ser um terreno percorrido, todos os dias, pela comunidade

3. A economia dos baldios

3.1 A mudança de modelo

- ❖ do baldio como uma componente decisiva da economia de todos os moradores da comunidade . . .
 - pastoreio, matos, lenhas, sorte de pão,...
- ❖ . . . ao baldio, já muito dissociado das economias individuais dos moradores, e no qual . . .

- ❖ ...se procura melhorar as condições de vida da população, e apoiar e fortalecer a economia local, com base nas actividades efectuadas no baldio sob controlo e gestão dos órgãos eleitos pela comunidade

- ❖ é um percurso que não se tem revelado fácil, como ressalta da análise das actividades que se desenvolvem nos baldios

3.2 Actividades económicas nos baldios

Actividades tradicionais (pastoreio,...)

Actividades promovidas por entidades que utilizam recursos do baldio mediante um contrato de arrendamento ou de cedência (antenas, parques eólicos,...)

Actividades promovidas por entidades que utilizam o baldio em regime de livre acesso

Floresta

Outras actividades (caça, apicultura)

❖ Actividades tradicionais: pastoreio

- de actividade praticada pelo conjunto da comunidade ao pastoreio feito por gente exterior ou, apenas, por alguns compartes
 - ◆ sem qualquer contrapartida para o baldio
 - ◆ situação generalizada, com muito poucas excepções

- Baldio de Pardelhas (concelho de Mondim de Basto)

- ◆ 750 caprinos
- ◆ 700 são propriedade dos dois elementos que gerem o baldio
- ◆ as receitas anuais do baldio (parque eólico + floresta= 48900€) têm sido aplicadas em infraestruturas de apoio ao pastoreio
- ◆ desde o ano 2000, não houve qualquer reunião dos compartes
- ◆ o “entendimento” de que o pastoreio é uma actividade tradicional legitima esta situação

- ❖ Actividades promovidas por entidades exteriores mediante um contrato de cedência ou arrendamento
 - parques eólicos, antenas, pedreiras, captações de água,...
 - relações contratuais, em geral, muito desequilibradas
 - dificuldades em salvaguardar os interesses do baldio a médio e longo prazo
 - grande fonte de receitas dos baldios, em especial os parques eólicos

- ❖ Actividades promovidas em regime de livre acesso
 - lazer, percursos, desporto, contacto com a natureza, paisagens,...
 - sem qualquer contrapartida para o baldio
 - os baldios do PNPG - Parque Nacional da Peneda Gerês (Luz,2017)
 - ◆ “o PNPG é hoje um dos destinos turísticos mais procurados de Portugal”

- ♦ “(...) não se verifica nos compartes a mobilização para controlar e beneficiar economicamente do acesso e uso dos baldios por utilizadores externos”
- ♦ os compartes subordinam os interesses do baldio aos benefícios das empresas e entidades que organizam essas actividades
- ♦ o controlo dos compartes restringe-se à floresta e ao pastoreio

❖ Floresta

- uma herança da arborização dos baldios, pelo Estado
- recurso gerido, em geral, numa perspectiva rentista, com reduzido investimento na instalação de floresta, embora com preocupações na sua defesa (incêndios)
- madeira e arrendamento de áreas para resina

❖ Caça (30%), apicultura (livre acesso)

3.3 Receitas dos baldios

Parques eólicos	+++
Antenas, pedreiras, ...	+
Floresta	+++
Pastoreio, ...	-
Actividades em livre acesso	-

Economia dos baldios = rendas + extrativismo + falta de controlo sobre o terreno

Pastoreio, caça, apicultura, percursos, desporto, lazer e similares, são actividades rentáveis para os que as promovem; **o que está em causa é a economia dos baldios e não a economia do território**

3.4 Destino das receitas dos baldios

Caminhos e acessos	+++
Equipamentos sociais (centros sociais, instalações culturais e desportivas, habitação social, ...)	+++
Cemitérios e edifícios religiosos	++
Apoios a actos sociais, culturais e desportivos	..
Investimento produtivo (incluindo na floresta)	+

Criação de emprego: Centros Sociais dos baldios de Ermelo e de Vilarinho: 7 e 9, respectivamente, postos de trabalho permanentes

3.5 A diversidade das situações locais

- possibilidades e dimensão das actividades rentistas e da floresta
- capacidade de organização e de gestão

3.6 O caso dos baldios com limitações graves para o seu aproveitamento

- ❖ ausência de recursos que permitam actividades rentistas
- ❖ sem floresta
- ❖ falta de capital
- ❖ grande dissociação entre a população e o baldio
- ❖ estes baldios, em Trás-os-Montes, **numa estimativa muito grosseira**, representam cerca de um **terço** da área total dos baldios, e **metade** do número

4. As comunidades e os baldios

4.1 A devolução dos baldios

- ❖ o processo de devolução e as suas consequências
 - “de baixo para cima”
 - zonas onde não se verificou esta acção (Moncorvo)
 - há cerca de 158 mil hectares que, depois de 1976, não foram instituídos como baldios (Carvalho, 2017)

- ❖ começar a gerir o baldio (I)
 - convocar a primeira assembleia de moradores: a Junta de Freguesia
 - Conselho Directivo ou Junta de Freguesia
 - as ambiguidades das Juntas de Freguesia

- ❖ começar a gerir o baldio (II)
 - autogestão ou cogestão com os Serviços Florestais
 - a expectativa de um Estado libertador (25.Abril.74)
 - ◆ promovendo a autonomia das comunidades no controlo e governo dos seus baldios
 - ◆ apoiando tecnicamente e na gestão

- ❖ o “poder” dos Serviços Florestais
 - manterem os baldios como o seu campo de actividade e de exercício do poder
 - persistirem na tutela dos baldios, quer através da interferência na gestão, quer pela aplicação arbitrária do Regime Florestal
 - os Serviços Florestais nunca reconheceram a autonomia dos baldios (Perímetros Florestais e cadastro)

Gestão dos baldios -- situação actual

Baldios geridos pelo(a):	Modalidade de gestão :		Total
	em cogestão com o Estado	em autogestão	
Conselho Diretivo	629	235	864
Junta de Freguesia			291
Total			1155

Fonte: Carvalho (2017)

Movimento pela autogestão

A *nova lei* (de 2017)

4.2 Os compartes e os baldios

- ❖ **comparte:** do direito de utilizar o baldio, a ser reconhecido pela comunidade
 - o *novo laço local* da população com o baldio
 - ◆ serviços e equipamentos sociais e culturais
 - ◆ infraestruturas
 - ◆ emprego
 - o declínio da identidade comunitária e o desapego do baldio
 - ◆ Lousã e Paradança
 - ◆ reverter a situação: projecto Comunix

4.3 A difícil democracia nos baldios

- ❖ pouca participação nos órgãos de gestão

- ❖ apropriação e controlo por interesses particulares, em geral de compartes

5. Conclusão

- ❖ um panorama não muito animador
 - instabilidade da propriedade comunitária
 - debilidades na economia da grande maioria dos baldios
 - dificuldades de autonomia e de gestão

- ❖ há alguns casos em que se conseguiu controlar a área do baldio, consolidar uma economia local e reaproximar os compartes do governo do baldio
 - **estimativa grosseira** : 2%, do número de baldios

- ❖ o movimento associativo dos baldios
 - BALADI – Federação Nacional dos Baldios
 - defesa das tentativas para anular/subverter a devolução dos baldios aos povos
 - do comunitarismo tradicional à economia local e solidária